

Acesso a socorro em caso de calamidade fica mais simples

Projeto aprovado ontem pelo Senado diminui exigências para que municípios e estados peçam auxílio federal em caso de desastres naturais. Pela proposta, enviada à sanção, verbas não podem ser contingenciadas



Valdir Raupp, Romero Jucá, Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, durante votação em Plenário: senadores aceleram ajuda a vítimas de desastres naturais

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão de medida provisória que reduz para apenas dois os documentos necessários para que estados e municípios peçam socorro federal em caso de calamidades públicas. Graças a acordo entre senadores do governo e da oposição, a proposta seguiu para sanção presidencial no prazo final de sua validade, já que a partir de amanhã perderia sua vigência.

O texto votado pelo Plenário também impede que verbas liberadas para esse fim sejam contingenciadas. **4**

Acidentes aéreos deverão ter relatórios periódicos

As empresas aéreas terão que publicar relatórios periódicos no caso

de acidentes com vítimas, diz projeto aprovado ontem pela CCJ. **6**

Volta à CAS atendimento privado de urgência do SUS

Mudança de Plenário incluindo realização de exames comple-

mentares leva a matéria de volta à Comissão de Assuntos Sociais. **3**

Senado vai avaliar atuação das agências reguladoras

Pelo menos uma vez por ano, senadores vão avaliar o desempenho das

agências reguladoras, segundo a PEC aprovada ontem em comissão. **7**

Ajuda a programas de segurança alimentar

Vai à sanção projeto que destina a programas de segurança alimentar e combate à fome produtos apreendidos pela inspeção sanitária que apresentam boas condições para o consumo. **3**



Presidente do Senado, José Sarney, recebe sugestão de sindicalistas e parlamentares, entre eles o senador Paulo Paim

Proposta da Força Sindical eleva mínimo a R\$ 580

Representantes da Força Sindical e parlamentares entregaram ao presidente do Senado, José Sarney, propos-

ta de reajuste de 13% para o salário mínimo (que iria a R\$ 580) e de 9,1% para aposentadorias e pensões. **5**

Orçamento incluirá R\$ 3,9 bilhões para Lei Kandir

Jim Argello, relator do Orçamento para 2011, anunciou que lei orçamentária incluirá repasse do valor aos estados. Secretários estaduais da Fazenda pediram R\$ 7,2 bilhões. **5**

Busca da felicidade pode ser um direito constitucional **4**

Prorrogada, CPI da Pedofilia marca depoimento **6**

Em sessão de homenagem, lei foi apontada em discursos dos senadores como arrojada e moderna, ampliando e assegurando direitos dos cidadãos

Plenário comemora 20 anos do Código do Consumidor

O PLENÁRIO DO Senado comemorou ontem os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A sessão de homenagem, requerida pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), foi presidida pelo senador Mão Santa (PSC-PI), que leu mensagem do presidente José Sarney.

No texto, Sarney afirma que o CDC (Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990), "uma das mais arrojadas normas de defesa do consumidor em todo o mundo", inaugurou uma nova era nas relações de consumo entre os brasileiros. Em seus 119 artigos, acrescenta o parlamentar, o CDC é "um dos melhores e mais eficientes mecanismos para o exercício de direitos na esfera privada".

Entretanto, ressalta o presidente do Senado em sua mensagem, o Código de Defesa do Consumidor só está consolidado depois desses 20 anos devido ao empenho da população brasileira, "milhões de consumidores cada vez mais esclarecidos e exigentes", e ao respeito à norma por parte dos milhares de empresas do país, desde os pequenos empresários até os grandes conglomerados econômicos.

"Esse indispensável conjunto de atores, todos protagonistas, anima e oxigena o mercado, proporcionando-lhe instrumentos de crescimento, avanço e renovação. Com isso, contribui decisivamente para a prosperidade e o harmônico e equilibrado desenvolvimento do

nosso país", destaca Sarney em seu texto.

Além de Casagrande, também discursaram os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Marisa Serrano (PSDB-MS), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), João Faustino (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Todos ressaltaram os avanços trazidos por essa norma para as relações de consumo no país.

Integraram a mesa da homenagem os senadores Mão Santa, Collor e Casagrande e o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Vicente Leal de Araújo. Representantes do Departamento de Direito do Consumidor do Ministério da Justiça também participaram da solenidade.



Florian Madruga, Geraldo Mesquita e Haroldo Tajra na homenagem à gráfica

Gráfica do Senado celebra 47 anos e inaugura exposições

Nas comemorações dos seus 47 anos, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) inaugurou ontem o Memorial da Gráfica, espaço que conta a história da Gráfica do Senado e expõe as principais obras produzidas desde 1963, quando foi criada, além de máquinas utilizadas no início do seu funcionamento.

Foram também inaugurados o Espaço de Leitura Ninon Accioly Borges – em homenagem a uma ex-funcionária do Senado –, onde servidores e visitantes poderão conhecer e ler as publicações da Casa. Passou também a funcionar o Corredor da Arte

João Emílio Falcão, que homenageia o jornalista piauiense com mostra de obras e capas de livros criadas por servidores.

Na cerimônia, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou o trabalho que a Seep presta ao país e lembrou a parceria com a gráfica que permitiu a impressão, para o seu mandato, de milhares de exemplares de livros.

O diretor-executivo da gráfica, Florian Madruga, destacou a história da instituição e homenageou os seus servidores. O diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, também participou da homenagem.

Quatro sistemas de impressão: digital, braile, offset e tipografia

Ao lado de modernas máquinas que imprimem nos sistemas *offset*, digital e braile, a Gráfica do Senado completa 47 anos mantendo ainda a tipografia. De seu parque gráfico saem publicações oficiais, técnicas e da atividade legislativa, além de obras do Conselho Editorial. Já a impressão tipográfica é utilizada na confecção de convites e cartões de visita e timbragem de envelopes.

Dos quatro tipos de impressão, Florian Madruga considera o sistema *offset*, surgido na década de 1970, como o de melhor qualidade.

– Uma novidade é a publicação em braile. Atualmente, somente as obras técnicas e o **Jornal do Senado** são produzidos em braile, sendo enviados a instituições de deficientes visuais do país – disse.

A gráfica foi criada durante a presidência do senador Auro de Moura Andrade, para evitar atrasos nas publicações oficiais do Senado, que eram impressas no Departamento de Imprensa Nacional (DIN).

– Como o DIN era ligado ao Poder Executivo, as publicações do Legislativo não eram a prioridade – lembrou Madruga.



Ex-ministro do STJ Vicente Leal de Araújo (E), com os senadores Mão Santa e Renato Casagrande (D), na sessão de ontem

Senadores ressaltam reequilíbrio nas relações

Autor da homenagem de ontem, o senador Renato Casagrande afirmou que o advento do CDC ajudou o Brasil a acabar com a histórica superioridade dos fornecedores sobre consumidores.

– O homem comum, o comprador, ascendeu a nova categoria jurídica, passou de comprador a consumidor. Passou a não mais ter que rastejar aos pés dos fornecedores – afirmou Casagrande.

Marisa Serrano afirmou que o CDC "colocou no mesmo plano os valores da cidadania e os dos

consumidores". Para ela, o código vem ajudando a promover a conscientização do cidadão sobre seus direitos e o equilíbrio nas relações entre fornecedores e consumidores.

Já o senador Fernando Collor lembrou que teve "a honra de sancionar" o CDC durante sua passagem pela Presidência.

– Sem dúvida, o código constitui verdadeiro marco legal de efeito abrangente, hoje considerado um dos mais modernos do mundo – disse Collor.

Roberto Cavalcanti afirmou que o CDC contribuiu para o fomento à cidadania. A partir da criação do código, acrescentou o senador, a população começou a desenvolver uma melhor compreensão de seus direitos e deveres nas relações comerciais.

Em seu discurso, João Faustino disse ser difícil imaginar a sociedade atual sem o CDC. Para ele, o código é a "primeira e fundamental arma dos brasileiros contra os abusos de empresas fornecedoras de bens e serviços".

Projeto corrige omissão do CDC sobre peso da mercadoria

Produtos oferecidos ao consumidor deverão incluir, obrigatoriamente, entre as informações na embalagem, o peso. Essa obrigação – que ainda não existia em lei – está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC 53/04), aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto recebeu emendas e retornará à Câmara dos Deputados.

Agora, a obrigação ficará inserida no artigo 31 do CDC, com a seguinte redação: "A oferta e a apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, peso, preço, garantia, prazos de

validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores".

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará audiência pública para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 73/07) do senador Augusto Botelho (sem partido-RR) que estabelece a inclusão dos alimentos e bebidas entre os produtos cuja propaganda comercial estará sujeita a restrições legais. A sugestão partiu do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que quer discutir as implicações da inclusão de alimentos e bebidas não alcoólicas no projeto. A audiência deverá acontecer na última semana de novembro.

Verbas para fundos difusos deverão ser divulgadas

Projeto de lei da Câmara (PLC 116/06) aprovado ontem torna obrigatória a divulgação mensal, no *Diário Oficial da União* e na página do Ministério da Justiça na Internet, dos valores revertidos ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Um exemplo de direito difuso é aquele relativo ao meio ambiente, já que um dano ambiental pode prejudicar os cidadãos de uma maneira geral e não apenas um indivíduo ou um grupo específico de indivíduos.

A proposta original do deputado João Herrmann Neto (PDT-SP) previa apenas a publicidade da arrecadação com as multas oriundas da aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC da Irrigação na ordem do dia

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição relativa à aplicação de recursos destinados à irrigação.

Presidência Presidente do BC e delegação chinesa

9h45 José Sarney encontra-se com Henrique Meirelles e, às 11h30, recebe Neuto De Conto (PMDB-SC) e parlamentares chineses.

CMO Henrique Meirelles fala sobre metas

10h A Comissão Mista de Orçamento ouve o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. Também participam da audiência pública parlamentares das comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, além de três comissões da Câmara dos Deputados.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Sarney analisa apelo de urgência para Ato Médico

Em reunião com o presidente do Senado, José Sarney, representantes dos médicos pediram ontem que o projeto do Ato Médico – que define atividades privativas da categoria e que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – passe a tramitar em regime de urgência, seguindo direto para votação em Plenário. Sarney se disse sensível à questão e afirmou que, caso haja consenso entre as lideranças, se esforçará para que o projeto seja votado logo.

A proposta em análise no Senado (PLS 268/02) é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao texto apresentado pelo ex-senador Benício Sampaio. Sem o regime de urgência, a matéria, depois de aprovada pela CCJ, segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ser apreciada pelo Plenário.

O substitutivo da Câmara define as atividades privativas dos médicos e as que podem ser realizadas por outros profissionais da área de saúde. Pelo texto, não são atividades privativas dos médicos os diagnósticos psicológico, nutricional e socioambiental, bem como as avaliações comportamentais e da capacidade mental, sensorial, perceptiva e psicomotora.

Autorizada criação de conselhos de Zootecnia

O Poder Executivo foi autorizado ontem pela CCJ a criar o Conselho Federal e os conselhos regionais de Zootecnia. A decisão foi terminativa. Os conselhos, como autarquias federais, deverão orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos zootecnistas.

Desde a regulamentação da atividade, há mais de 40 anos, a categoria reivindica a criação de um órgão fiscalizador da profissão. Foi o que ressaltou o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em seu parecer. Segundo informou, o Brasil conta hoje com mais de cem cursos regulares de Zootecnia, tendo sido formados mais de 20 mil profissionais ao longo dessas quatro décadas.

– É oportuna e necessária a criação de uma autarquia para fiscalizar o exercício da profissão de zootecnistas, com inúmeros benefícios visualizados para a população como um todo, para o desenvolvimento da própria atividade em si, bem como para as ações no campo da agropecuária e do meio ambiente – argumentou Suplicy.

Por sugestão do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), Suplicy incorporou ao projeto (PLC 323/09) emenda que atribui caráter autorizativo à criação das entidades.



Entre os projetos aprovados ontem pelos senadores, está o que beneficia programas de segurança alimentar e combate à fome

Atendimento de urgência pelo SUS na rede privada

Emenda apresentada em Plenário, que inclui realização de exames complementares e diagnóstico de doenças graves, provoca o retorno de proposta para exame da CAS

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) vai analisar novamente o projeto da Câmara pelo qual o atendimento de urgência e emergência médicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) seja prestado pela rede privada, mediante ressarcimento, quando o SUS não tiver condição de garantir assistência. O texto original é do senador Paulo Paim (PT-RS) e foi apresentado quando ele ainda era deputado, em 2001.

O adiamento da votação, ontem, pelo Plenário do Senado foi provocado pela apresentação de emenda pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que prevê o

ressarcimento ao paciente dos gastos com exames complementares ao diagnóstico de doenças graves, desde que tenham sido pedidos por médicos do SUS e que não tenham sido realizados no prazo previsto por insuficiência do sistema de saúde público.

Crivella argumenta que o ajuste no texto é necessário diante de casos que se repetem de pacientes do SUS que, mesmo portadores de doenças graves, não conseguem realizar exames pedidos por médicos do sistema.

O projeto (PLS 69/01) altera a Lei 8.080/90, que determina que o SUS – não tendo disponibilidade para garantir cobertura assisten-

cial à população de determinada área – recorra aos serviços da iniciativa privada. A participação complementar dos serviços privados é formalizada mediante contrato ou convênio.

O teor dessas regras foi mantido pela CAS, que acrescentou, no entanto, a prestação de serviços pela iniciativa privada nas emergências médicas. De acordo com a proposta, na hipótese de emergência ou de urgência médicas, fica a iniciativa privada autorizada a prestar o serviço na medida necessária à salvaguarda da vida e da saúde do paciente, independentemente da existência de contrato ou convênio.

Projeto muda destino de alimento apreendido

Produtos de origem animal e vegetal apreendidos pela inspeção sanitária podem passar a ser destinados, prioritariamente, aos programas de segurança alimentar e combate à fome, desde que apresentem plenas condições para o consumo humano. É o que determina projeto de lei da Câmara (PLC 81/04) aprovado ontem pelo Plenário e enviado à sanção do presidente da República.

O projeto foi aprovado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação dos produtos apreendidos ou condenados, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em que os produtos se prestarem ao

consumo humano, conforme estabelece a proposta.

O projeto foi aprovado com apenas uma emenda da CCJ, revogando o artigo 42 do Decreto-Lei 986/69, que instituiu normas básicas sobre alimentos. Esse artigo estabelece que a inutilização do alimento, na forma prevista pela legislação, não será efetuada quando ficar constatado que o produto não está impróprio para o consumo imediato.

Proposta cria genérico de medicamento veterinário

O Plenário também aprovou ontem projeto de lei que institui sistema de produção de medicamentos genéricos de uso veterinário no Brasil (PLC 3/05). Modificada pelos senadores, a proposta volta ao exame da Câmara dos Deputados.

O projeto, inspirado na lei 9787/99, que instituiu o medicamento genérico de uso humano no país, recebeu emendas da relatora, Niura Demarchi (PSDB-SC). No novo texto, a senadora rejeitou outros dois projetos que tramitavam em conjunto (PLS 209/02 e PLC 39/06).

Durante a votação do projeto, a senadora destacou que os remédios genéricos de uso veterinário proporcionarão o mesmo efeito terapêutico que os de marca, mas custarão menos. Niura considera que os genéricos estimularão a concorrência entre os fabricantes e darão impulso à produção nacional. Além disso, segundo ela, medicamentos mais baratos poderão garantir cuidado mais adequado aos animais.

Jateamento de areia a seco é atividade proibida

Projeto de lei da Câmara (PLC 22/02) que proíbe em todo o território nacional o uso de sistemas de jateamento de areia a seco e determina a substituição da técnica por outra que não cause poluição nem represente riscos à saúde também foi aprovado ontem pelos senadores. O texto original foi alterado no Senado e por isso retorna à Câmara para nova votação.

A ideia da proibição do jateamento é reduzir a exposição de trabalhadores, como os da construção civil, à sílica, mineral que é um dos principais causadores de silicose – reação fibrosa crônica dos pulmões à inalação de poeira.

O projeto cita pesquisa realizada entre trabalhadores de empresas que usam o jateamento de areia a seco feita pelo Serviço de Saúde do Trabalhador, da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville (SC), revelando que 33,3% estavam com silicose. A proposta original previa a proibição de outros processos produtivos que comprovadamente causem a doença.

Valter Pereira aponta crise hospitalar

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) destacou que a rede hospitalar de Campo Grande passa por profunda crise. Os três hospitais (Regional, Universitário e a Santa Casa) da capital de Mato Grosso do Sul estão “atolados no caos”, disse.

Um desses hospitais, o Regional, em meados de outubro, anunciou forte redução na oferta de leitos sob a alegação de que o governo do estado precisava se ajustar à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2008, disse Valter Pereira, o governo do estado transferiu a gestão do hospital para uma empresa privada, a Sociedade Paulista do Desenvolvimento da Medicina, “ao preço de 1 milhão de reais por ano”. A contratação gerou suspeitas, pois a empresa que assumiu o hospital estaria inscrita no cadastro de inadimplentes e, assim, impedida de celebrar o contrato.



Hospitais de Campo Grande estão “atolados no caos”, diz senador

ACM Júnior culpa Lula por ideia de recriar a CPMF

A ideia de recriação da CPMF, o “imposto do cheque”, deve ter partido do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem, em discurso, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Ele disse estranhar que, poucos dias depois do fim das eleições, vários governadores eleitos tenham começado a aventar a possibilidade de recriar a contribuição.

O senador disse que não viu nenhum dos eleitos falarem sobre aumento de impostos na campanha eleitoral.

– Os eleitores viram, isso sim, todos reclamarem da excessiva carga tributária – disse.

Segundo ele, a própria presidente eleita, Dilma Rousseff, defendeu várias vezes uma reforma tributária para desonerar a produção e a prestação de bens e serviços.

– Nem culpo a presidente eleita. Parece claro que a iniciativa partiu do presidente.



Candidatos eleitos não falaram de CPMF na campanha, afirma senador



Proposta obriga a coleta de vidros automotivos

As empresas que fabricam, importam, comercializam ou instalam vidros automotivos podem passar a ser responsáveis pela coleta, reciclagem e descarte final dos produtos, em condições adequadas em termos ambientais. Aplicada aos produtos sem condições de uso ou em desuso, a medida é prevista em projeto (PLS 447/09)

aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto é o mesmo que passou antes pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O texto terá ainda de ser votado em turno suplementar na CCJ antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados. Gerson Camata (PMDB-ES, foto) é

o autor da proposta original modificada pelo relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), para quem o projeto é uma iniciativa “moderna, dentro do espírito das boas iniciativas de preservação ambiental”.

O projeto veda ainda outras formas de destinação de vidros, inclusive no lixo doméstico, comercial ou industrial.



Cristovam Buarque é autor da proposta de emenda constitucional

“Conforto legal” a aposentados do Aerus é acatado por comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) pelo qual a União é autorizada a indenizar aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus. O projeto (PLS 147/10) será agora examinado pelas Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Com a proposta, Paim busca dar uma solução para aposentados e pensionistas do Aerus, que deixaram de receber seus benefícios após a quebra da Varig. O senador lembrou que, para ser definitivamente aprovada, a proposta ainda tem de passar por duas comissões do Senado (a CCJ e a Comissão de Assuntos Econômicos) e, depois disso, pela Câmara dos Deputados.

O projeto é autorizativo, ou seja, não obriga o Executivo.

– É apenas um conforto legal – admite Paim.

Na opinião do senador, falta vontade política para “a realização de um acordo envol-

vendo a União, as empresas aéreas em processo de falência ou recuperação judicial e os empregados demitidos e os aposentados prejudicados com a liquidação extrajudicial do Instituto Aerus de Seguridade Social”.

O senador, que é o vice-presidente da CAS, ressaltou que as negociações sobre essa questão ocorrem há vários anos e envolveram não apenas o Senado, mas também o Supremo Tribunal Federal e alguns ministérios. A ideia de apresentar o projeto surgiu dessas negociações, disse.

O relator, senador Flávio Arns (PSDB-PR), apresenta em seu parecer o processo que resultou na interrupção dos pagamentos aos aposentados e pensionistas do Aerus.

Ele lembra que o projeto prevê a criação de uma espécie de fundo de resseguro para complementar benefícios aos participantes e assistidos de fundos de pensão.

Senado aprova simplificação do socorro às áreas em calamidade

Baseada em medida provisória, proposta enviada à sanção reduz burocracia antes exigida para que município ou estado tivessem acesso a recursos federais

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por unanimidade, a Medida Provisória 494/10 que simplifica e acelera a liberação de dinheiro federal para socorrer áreas sob calamidade pública. Entre outras coisas, o município afetado terá agora que apresentar apenas dois documentos para receber a ajuda – um plano de trabalho de ações de reconstrução das áreas atingidas e um documento chamado Notificação Preliminar de Desastre. Hoje, há muita burocracia, inclusive a decretação de calamidade pública pelo município e pelo estado.

A Câmara dos Deputados havia feito pequenas mudanças na MP 494/10, que passou a se chamar Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/10. Senadores do governo e da oposição fizeram acordo para que o projeto fosse aprovado com rapidez, pois a medida provisória teria vigência, sem a votação do Congresso, apenas até hoje. O documento foi enviado à sanção do presidente da República.

O relator do PLV 10/10, senador Delcídio Amaral (PT-MS), destacou em seu parecer que a partir de agora recursos previstos no Orçamento federal para calamidades não poderão mais sofrer contingenciamentos.

O documento muda a forma de funcionamento do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap), criado em 1969, mas que não previa a participação de estados, municípios e Distrito Federal. A União terá de participar do Funcap com três vezes mais recursos depositados pelos estados e municípios.

A MP 494/10 recebeu emenda na Câmara para exigir que os estados encaminhem ao governo



Delcídio, relator do projeto: verbas não podem mais ser contingenciadas

federal mapeamento das áreas de risco, o qual terá de ser atualizado anualmente. Também deverão remeter ao governo federal informações atualizadas sobre suas unidades responsáveis pelas ações de defesa civil.

O mapeamento deve ser enviado à Secretaria Nacional de Defesa Civil em até 180 dias após a adesão do estado ao Sistema Nacional de Defesa Civil (Sintec), criado pela mesma medida, e que será coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. O Sintec terá a função de planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional.

Ainda para acelerar e desburocratizar a ajuda às áreas afetadas, os prefeitos e governadores poderão pedir ajuda ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e aos batalhões de engenharia do Exército para a recuperação provisória de estradas em locais isolados.

Constituição pode incluir direito à busca à felicidade

A chamada PEC da Felicidade (PEC 19/10), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovada ontem pela CCJ. Ela visa ressaltar que os direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição são essenciais à busca da felicidade.

Ao justificar a proposta, Cristovam disse que a busca pela felicidade só é possível se os direitos essenciais estiverem garantidos. Segundo recente estudo de economistas brasileiros, citado pelo senador, fatores como renda, sexo, emprego e estado civil influenciam no nível de felicidade das pessoas. A proposta é uma iniciativa de intelectuais, artistas e publicitários.

Ao apresentar o parecer elaborado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez o seguinte comentário: “essa questão de felicidade é complicada, mas, de qualquer maneira, o parecer é favorável”.

PEC abre vagas para jovens do meio rural

Jovens de 16 a 24 anos residentes há mais de cinco anos em comunidades rurais poderão ser recrutados para trabalhar em assistência técnica e extensão rural, com a aprovação ontem pela CCJ de proposta de emenda à Constituição (PEC 25/06) do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

A contratação deverá ser feita por tempo determinado e depende da realização de processo seletivo público simplificado. Os jovens também precisam ser submetidos a treinamento e capacitação antes de iniciarem essas atividades. Segundo o relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a PEC 25/06 “revela uma política de inclusão social e profissionalização dos jovens que residem no campo”.



A presidente e o vice-presidente da CAS, Rosalba Ciarlini e Paulo Paim, durante a reunião de ontem

Projeto inclui psicologia e assistência social nas escolas

Projeto de Lei da Câmara (PLC 60/07) aprovado pelo Plenário ontem determina a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Por ter sido modificado, o texto voltará à Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por

meio de equipes multiprofissionais. Essas equipes deverão trabalhar pela melhoria do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

O projeto foi aprovado primeiramente na Comissão de Educação (CE), com parecer de Cícero Lucena (PSDB-PB), e depois na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Prazo maior para registro de casamento

O prazo para o registro civil do casamento religioso, bem como o de eficácia do certificado de habilitação para o casamento, poderá ser aumentado de 90 para 180 dias. É o

que prevê projeto (PLS 215/09) de Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado pela CCJ em decisão terminativa.

O senador afirma que o prazo de 90 dias, previsto no Código

Civil de 1916, serviu às circunstâncias do século passado, mas “se mostra injustificável no Código Civil de 2002”.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), avalia que, com o projeto,

o Legislativo aperfeiçoa os mecanismos de incentivo à união matrimonial, a exemplo do esforço para tornar gratuito o registro civil do casamento para pessoas mais necessitadas.

Os secretários estaduais da Fazenda pediram R\$ 7,2 bilhões ao relator para compensar perdas acumuladas com a desoneração de exportações



Sarney (C), ao lado do deputado Paulinho da Força, recebe documento dos sindicalistas e representantes dos aposentados

Relator diz que Orçamento terá R\$ 3,9 bilhões para a Lei Kandir

O RELATOR DO Orçamento da União para 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), informou ontem que é possível destinar R\$ 3,9 bilhões na lei orçamentária para garantir aos estados os repasses referentes à Lei Kandir. Essa transferência é uma forma de compensar os estados pela perda de receitas decorrente do fim do recolhimento do ICMS sobre as exportações.

– Consegui, com os secretários de Fazenda estaduais, fechar o valor do repasse da Lei Kandir. Ficou em R\$ 3,9 bilhões. Os secretários queriam R\$ 7,2 bilhões, mas isso o Orçamento não comporta. Se não tem dinheiro, não tem. Afinal, nós temos que trabalhar dentro da realidade – afirmou Gim Argello.

A ausência de dotação orçamentária para os repasses da Lei Kandir em 2011 era uma

das maiores preocupações do relator-geral. No ano passado, ocorreu situação semelhante, e o relator do Orçamento para 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF), acabou destinando R\$ 3,9 bilhões para o atendimento da lei.

Para o coordenador do Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda e secretário da Fazenda da Bahia, Carlos Martins, o valor ainda é baixo.

– No ano passado, conseguimos só R\$ 3,9 bilhões. Este ano a União mandou o Orçamento sem nenhuma previsão para a Lei Kandir. Os secretários estaduais de Fazenda se reuniram e, ao final, resolvemos fazer uma solicitação de R\$ 7,2 bilhões. Essa seria a cifra que recomporia os valores históricos que estamos perdendo ao longo desses anos – lamentou Martins.

Força Sindical faz proposta para mínimo: R\$ 580

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem parlamentares e representantes da Força Sindical, que lhe entregaram a proposta da entidade para o salário mínimo em 2011: um reajuste de 13%, que elevaria o valor a R\$ 580. O aumento reivindicado para aposentados e pensionistas é de 9,1%.

O novo valor vai ser negociado com o relator do projeto de lei orçamentária de 2011, senador Gim Argello, numa decisão que,

na avaliação do deputado federal Paulinho da Força (PDT-SP), não é técnica e sim política.

– Não tem como ser reajuste técnico. Tecnicamente é 5,5%, que é a inflação. Queremos um reajuste político, como sempre foi feito – disse.

Além das emendas à proposta para garantir recursos ao pagamento dos reajustes – apresentadas por Paulinho da Força à CMO –, os sindicalistas defenderam a edição de medidas provisórias

(MPs) para embasar os aumentos a serem concedidos, já que há o temor de o projeto orçamentário de 2011 não ser aprovado até o final deste ano. Os salários e aposentadorias são reajustados no dia 1º de janeiro.

– O Orçamento só coloca os recursos para o aposentado e o salário mínimo, mas tem que ter um instrumento legal, seja um projeto de lei ou uma MP, para que o reajuste seja concedido a todos já a partir do dia 1º.

PEC modifica as regras sobre inelegibilidade

A Constituição pode estabelecer novas regras para a inelegibilidade do cônjuge e dos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de presidente da República, governador e prefeito. Substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) a proposta de emenda à Constituição (PEC 50/07) que altera não só a regra da inelegibilidade, mas também da ação de impugnação de mandato eletivo, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O substitutivo de Demóstenes promove pequenos ajustes na PEC 50/07, do senador Almeida Lima (PMDB-SE). Um deles determina a aplicação dos critérios de inelegibilidade aos pleitos que se realizarem dentro do mandato em curso. Demóstenes argumentou que, concluído o mandato, presume-se que se encerra a influência dessas autoridades sobre o eleitor. Daí não haver sentido impor essa restrição ao pleito imediatamente posterior ao mandato, como propunha a PEC.

Caixa e BC vêm falar sobre rombo do Panamericano

A CCJ aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) solicitando esclarecimentos sobre a compra, pela Caixa Econômica Federal, de 35,54% do capital social do Banco Panamericano – do empresário Silvío Santos –, e sobre o repasse de R\$ 2,5 bilhões para que a instituição cubra um rombo financeiro recentemente descoberto.

As explicações devem ser prestadas pela presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, e pelo presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, em reunião marcada para a próxima quarta-feira, a partir das 10h.

– O que queremos é um esclarecimento sobre o aporte de recursos pelo Fundo Garantidor de Crédito [FGC] e a participação da Caixa nesse negócio – explicou Antonio Carlos Júnior.

Mantido com recursos dos bancos e administrado pelo BC, o fundo é usado para socorro a instituições financeiras em dificuldade, e está repassando os R\$ 2,5 bilhões para que o Panamericano se reequilibre.

CMO aprova seis projetos de créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem seis projetos de lei que abrem créditos suplementares para órgãos do governo e serão agora submetidos ao Plenário do Congresso Nacional. Outros 13 projetos similares aguardam consenso entre os líderes para votação no colegiado. A CMO volta a se reunir hoje, às 10h, para audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O primeiro projeto aprovado foi o PL 21/10, que destina R\$ 37 milhões aos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. O crédito permitirá ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) o cumprimento dos cronogramas de regularização fundiária, por meio do pagamento de indenizações referentes a 690 hectares de terra em unidades federais de conservação.

Outro projeto aprovado foi o PL 26/10, que abre crédito especial de R\$ 22,1 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral, do

Trabalho e do Distrito Federal; a Presidência da República; e o Ministério Público da União.

Também foi aprovado o PL 28/10, que destina R\$ 31,2 milhões a Infraero. A verba tem como objetivo a aquisição de área para a ampliação do sítio do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.

Foi aprovado ainda o PL 30/10, que abre crédito em favor da Justiça do Trabalho no valor de R\$ 7,4 milhões, visando sanar problemas decorrentes da execução irregular do projeto de construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, em Salvador.

A comissão também acolheu o PL 31/10, que destina R\$ 20,3 milhões aos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Já o PL 32/10 atribui R\$ 1,2 milhão ao Ministério do Meio Ambiente, para a construção de um prédio anexo à Agência Nacional de Águas, em Brasília.



Alvaro Dias assina os requerimentos convidando as duas ex-ministras

Convites a Dilma e Erenice ficam para a quarta que vem

O presidente da CCJ, Demóstenes Torres (DEM-GO), marcou para a próxima semana a votação dos requerimentos em que as ex-ministras Dilma Rousseff e Erenice Guerra são convidadas a prestar esclarecimentos sobre denúncias de tráfico de influência na Casa Civil. Ele confirmou a intenção de votar os pedidos na próxima semana depois que o autor das propostas, Alvaro Dias (PSDB-PR), pressionou para que a análise dos requerimentos ocorresse ontem mesmo.

A oposição vem tentando há quase dois meses aprovar os convites, mas os governistas impedem que as reuniões tenham quórum sob o argumento de que a oposição estaria tentando tirar proveito eleitoral dos fatos que envolveram a saída de Erenice Guerra da Casa Civil. Dilma teve Erenice como principal auxiliar na pasta e foi substituída por ela quando se tornou candidata oficial à Presidência da República. Erenice deixou o cargo sob denúncias de envolvimento em cobrança de propinas junto com familiares.

Aprovadas programações monetárias

O Plenário do Senado aprovou ontem projetos de decreto legislativo (PDSs 27/10, 278/10 e 279/10) com as programações monetárias estabelecidas pelo Poder Executivo para o último trimestre de 2009 e os dois primeiros deste ano. A programação monetária é o documento que consolida as principais estimativas do Banco Central para os chamados agregados monetários e a sua evolução para cada período.

A última delas – relativa ao segundo trimestre deste ano – registra o déficit de US\$ 5,067 bilhões em transações correntes relativas a março deste ano, contra US\$ 3,251 bilhões do mês anterior.

Rejeitados dois requerimentos

Os senadores rejeitaram ontem dois requerimentos que solicitavam que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizasse auditorias na Petrobras e na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). O RQS 710/10, do então senador Raimundo Colombo (DEM-SC), pedia a realização de investigação do TCU para avaliar a atuação das áreas de auditoria, ouvidoria e controle interno da Petrobras no período de 2003 a 2009.

Já o RQS 611/10, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), solicitava ao TCU auditoria na Infraero sobre recursos federais repassados desde 2004 a investimentos no aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, e sobre a execução desses investimentos.

Projeto aprovado pela CCJ mantém caráter sigiloso das informações das caixas-pretas mas exige publicidade dos relatórios em caso de acidente

Cristiano Gallo/Senado Federal



Antonio Carlos Júnior, Marco Maciel e Eduardo Suplicy, durante a reunião ontem de manhã: projeto sobre acidentes aéreos ainda precisará de nova votação na CCJ

Empresas deverão divulgar relatos sobre acidentes aéreos com vítimas

GRAVAÇÕES DE CAIXAS-PRETS de aeronaves acidentadas serão sigilosas por lei, e as empresas aéreas terão de publicar relatórios periódicos sobre as investigações acerca de desastres com vítimas. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei da Câmara (PLC 67/09) que normatiza a divulgação de informações sobre acidentes aéreos.

O texto teve voto favorável do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), que manteve o substitutivo aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta será votada em turno suplementar na próxima semana.

Pelo projeto, o relatório final da investigação aeronáutica "será publicado no prazo mais curto possível". Até que esse documento seja concluído, serão publicados relatórios preliminares a cada aniversário do acidente.

Também foi definido que têm caráter sigiloso as declarações tomadas durante entrevistas destinadas à investigação e as gravações de conversas na cabine de pilotagem e nas dependências do controle de tráfego aéreo, bem como suas respectivas transcrições.

Para Gilvam Borges, a identificação dos fatores que tenham contribuído para a ocorrência do desastre aéreo e a divulga-

ção dessas informações podem ajudar a prevenir futuros acidentes. Uma emenda aprovada na CRE assegura a publicidade dos relatórios preliminares e final, sem prejuízo do sigilo das informações.

O texto original estabelecia que, nos casos de acidentes aéreos com vítimas, a companhia responsável pela aeronave seria obrigada a publicar, no prazo de 90 dias, uma nota oficial com as conclusões periciais das autoridades policiais. A proposta também previa que, caso o laudo definitivo não estivesse pronto nesse prazo, as empresas teriam de publicar, a cada 30 dias, notas sobre o andamento das investigações.

Ementa da Lei de Introdução ao Código Civil será modificada

A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro passará a ser denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. A decisão foi tomada ontem, em caráter terminativo, pela CCJ.

A mudança foi proposta em projeto de lei da Câmara (PLC 15/10) que recebeu parecer do senador Jayme Campos (DEM-MT) pela aprovação. De acordo com o autor, o deputado federal Celso Russomanno (PP-SP), a nova ementa vai propiciar a ampliação do campo de aplicação do Decreto-Lei 4.657/42, mais conhecido como Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Ainda segundo o deputado, a doutrina e a jurisprudência reconhecem que essa lei possui âmbito de aplicação muito mais amplo do que o mencionado em sua ementa, razão pela qual é necessário aperfeiçoar a legislação, de modo que a letra da lei coincida com sua interpretação.

No parecer, o senador Jayme Campos reconheceu a inadequação da atual redação da ementa e avaliou que o projeto tem o mérito de tentar aperfeiçoá-la.

A matéria só será votada pelo Plenário do Senado se houver recurso nesse sentido apresentado por um décimo dos senadores. Não havendo recurso, o projeto vai à sanção presidencial.

Juiz aposentado deve depor na CPI da Pedofilia

O juiz do Trabalho aposentado Antônio Carlos Branquinho – acusado pelo Ministério Público Federal de participar de orgias com menores entre 13 e 15 anos em Tefé (AM) – deverá depor na CPI da Pedofilia. Na reunião de ontem, a comissão parlamentar de inquérito aprovou requerimento propondo sua reconvocação. Quando convocado pela primeira vez, no ano passado, o magistrado conseguiu uma liminar que o desobrigou de comparecer enquanto não fossem prestadas informações pela CPI.

O presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), encaminhou os esclarecimentos e, no dia 4 de novembro passado, os ministros do STF decidiram que o juiz deveria comparecer à CPI. Antônio Carlos Branquinho foi aposentado compulsoriamente após ser preso em flagrante pela Polícia Federal (PF), que encontrou material pornográfico em sua casa.

Outro que será convocado pela CPI é o presidente do Tribunal de Contas do Amapá, José Julio de Miranda Coelho, acusado pela PF de ter feito sexo com menores. Segundo Magno Malta, José Julio encontra-se preso na superintendência da PF em Brasília, por suposta participação em um esquema de corrupção no estado.

A CPI também acolheu requerimento de convocação do médico e ex-prefeito de Uruará (AM)

Antônio Taumaturgo Coelho. Várias pessoas o acusaram de assédio a menores. A própria população do município pediu a Magno Malta que o caso fosse investigado. A CPI vai requerer à PF e ao Tribunal de Justiça do Amazonas os autos do processo contra o denunciado.

A CPI aprovou ainda requerimentos de quebra de sigilo telemático de comunidades e perfis do Orkut que teriam publicado pornografia infantil.



Malta (dir., com José Nery) dirige reunião da comissão parlamentar de inquérito

CPI da Pedofilia prorroga trabalhos até dezembro

A CPI da Pedofilia, que deveria ser encerrada ontem, teve seus trabalhos prorrogados até o dia 22 de dezembro. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES). Ele também comunicou a decisão tomada pelo colegiado de não realizar uma eleição para a vice-presidência da CPI, já que o titular do cargo, o senador Romeu Tuma, faleceu no dia 26 de outubro.

– Não eleger um novo vice é uma forma de homenagear Romeu Tuma – afirmou Magno Malta.

Com o novo prazo, novas reuniões serão agendadas para recolher o depoimento de supostos envolvidos em crimes de pedofilia que não foram ouvidos até então. O relator da CPI é o senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Malta defende comissão sobre maus tratos

Logo após o início da nova legislatura, em fevereiro do próximo ano, Magno Malta vai requerer a criação de uma comissão permanente para investigar e combater maus tratos contra crianças, anunciou o senador.

A comissão apuraria não apenas denúncias de abuso sexual, mas também agressões, adoções ilegais e violências praticadas em creches e abrigos contra crianças e adolescentes.

– Centenas de adoções internacionais são realizadas com facilidades não concedidas aos brasileiros que querem adotar. O pior é que, em muitos casos, essas crianças são adotadas não para ter direito a um novo lar, mas para serem "desmontadas" no exterior; já saem daqui com o coração, as córneas e os pulmões vendidos – denunciou Magno Malta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Geraldo Mesquita Júnior • Jayme Campos • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Carlos Alfredo Lazary Teixeira foi sabatinado pelos senadores na CRE

Plenário confirma novo embaixador do Brasil no Peru

O Plenário do Senado aprovou, por 42 votos a 2, a indicação de Carlos Alfredo Lazary Teixeira para o posto de embaixador do Brasil no Peru. O nome do diplomata, pouco antes, havia recebido parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Aos senadores na CRE, Lazary Teixeira informou que a Rodovia Interoceânica, que liga o Brasil ao Peru, deve ser inaugurada no início de 2011. A conclusão da obra, segundo ele, deve se tornar mais um passo para consolidar o que chamou de "excelente momento das relações bilaterais".

Carreira de diplomata sofre modificações

Graças a um acordo entre as lideranças partidárias, o Senado aprovou ontem a Medida Provisória 493/10, que modifica a divisão por níveis da carreira de diplomata, extingue cargos de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos até o prazo máximo de 31 de janeiro de 2011.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) esclareceu que os líderes do seu partido e do Democratas (DEM) concordaram em votar duas MPs por causa da importância da MP 494/10, que muda o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) para facilitar o repasse de verbas aos municípios atingidos (veja a página 4).

PEC cria eleição para comando do Ministério Público

Os ministérios públicos estaduais e do Distrito Federal poderão passar a escolher seu procurador-geral entre os integrantes da carreira, por meio de eleições, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. Proposta de emenda à Constituição (PEC 31/09) nesse sentido foi aprovada ontem na CCJ.

De autoria do então senador Expedito Júnior, a proposta determina que o procurador-geral seja apenas nomeado pelo presidente da República, após a escolha pelos integrantes do MP, procedimento já adotado pelos tribunais de Justiça e tribunais de contas estaduais.

Proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela CCJ determina que caberá ao Senado avaliar, pelo menos uma vez por ano, a atuação dessas instituições públicas

Agências reguladoras serão avaliadas pelo senadores

O SENADO DEVERÁ avaliar, ao menos uma vez por ano, o desempenho das atividades das agências reguladoras, como previsto em proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC 43/07 também inclui os diretores das agências no rol das autoridades sujeitas à convocação pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados. Se houver recusa ou ausência, sem motivo justificado, essas autoridades podem responder por crime de responsabilidade.

A PEC foi apresentada por Aloizio Mercadante (PT-SP) e recebeu o apoio de outros 27 senadores. Agora, a proposta vai a Plenário, para exame final. Se confirmado o parecer da CCJ, o texto passará a tramitar na Câmara dos Deputados.

Na justificativa, Mercadante argumenta que as agências são instituições que fiscalizam e regulam atividades que necessitam de políticas de Estado. Ao mesmo tempo, observou, o Poder Legislativo tem a atribuição de



Demóstenes Torres (E), presidente da CCJ, e Mercadante (C), autor da proposta

fiscalizar os atos do Executivo e, ainda, acompanhar a situação das políticas públicas. Assim, a intenção é criar um canal direto com as agências, para observar detalhadamente suas atividades, avaliar suas dificuldades administrativas e manter diálogo visando ao aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de cada área de regulação.

Na avaliação de Mercadante, a "força motriz" do aumento do produto interno bruto (PIB) brasileiro vem do setor privado. No entanto, o investimento privado não vem crescendo, em razão de

problemas como a elevada carga tributária, o câmbio valorizado e os juros altos. Ainda assim, ele diz que os "embaraços" não decorrem apenas de elementos macroeconômicos: um ponto central seria a definição de marcos regulatórios estáveis, condição para a atração de capital, ainda incipiente no país.

A justificativa da proposta destaca que, em todo o mundo, as agências reguladoras possuem função de alta relevância, já que não seria conveniente ao Estado prestar serviços públicos de forma centralizada.

Plebiscito por iniciativa popular causa polêmica

Proposta de emenda à Constituição que permite aos cidadãos sugerir ao Congresso a realização de consulta popular – por meio de plebiscito ou referendo – sobre temas de interesse nacional gerou polêmica na CCJ e pedido de vista adiou a decisão sobre o assunto.

Apresentada por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a PEC 26/06 foi modificada pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e reconhece a iniciativa popular no projeto de decreto legislativo que, após votado na Câmara e no Senado, autorizaria referendo ou convocaria plebiscito para obter a posição da sociedade sobre assuntos polêmicos.

Para tanto, o projeto de decreto legislativo deverá seguir regras constitucionais para os demais projetos de iniciativa popular: terá de ser apresentado à Câmara, devendo ser assinado por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de 0,3 % dos eleitores de cada um deles. O texto do relator deixa claro que o projeto deve ser apresentado por parlamentar ou pelos cidadãos, desde que, nesse último caso, seja seguida a regra para iniciativa popular.

O presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), manifestou-se "totalmente contra" a PEC. Para ele, os parlamentares são eleitos para elaborar as leis e, raramente, deve-se consultar a população sobre temas específicos.

Engenheiro de alimentos como fiscal agropecuário

O engenheiro de alimentos poderá atuar como fiscal federal agropecuário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, proposta do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que altera as atribuições dos fiscais para permitir o exercício da função por esses profissionais.

Ao apresentar seu parecer favorável, o relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR), disse ter acrescentado emenda ao projeto (PLS 734/07) para torná-lo autorizativo. O parlamentar reconheceu ser uma questão de justiça permitir ao engenheiro de alimentos fazer a inspeção sanitária de alimentos, mas ponderou que decisão nesse sentido

cabe ao Poder Executivo.

– Há um equívoco na lei [que disciplina o cargo de fiscal federal agropecuário], porque não inclui o engenheiro de alimentos entre os profissionais que podem exercer a inspeção sanitária de alimentos, como agrônomos, veterinários, zootecnistas, farmacêuticos e químicos — afirmou Osmar Dias.

Niura se despede e elogia vitória de Colombo

A senadora Niura Demarchi (PSDB-SC) celebrou ontem a vitória em primeiro turno do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) na eleição para o governo de Santa Catarina. Ela disse que o resultado simboliza não somente o triunfo da democracia, mas também a grande força que as oposições demonstraram. A senadora aproveitou para se despedir do Senado. A vaga de Niura, que assumiu justamente no lugar do titular Colombo, será ocupada pelo primeiro suplente Casildo Maldaner (PMDB-SC).

– O ganhar e o perder fazem, ambos, parte do exercício democrático. O que não faz parte desse exercício é o ódio e o rancor. É o desejo de eliminar o adversário como se ele fosse não um oponente, um adversário a lealmente combater, mas um verdadeiro inimigo a liquidar – afirmou.



Niura deixa o Senado e vaga será ocupada por Casildo Maldaner

César Borges: suspensão de obra gera prejuízo

Diante da recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) de paralisar 32 obras que recebem recursos federais, César Borges (PR-BA) pediu que senadores e deputados reflitam muito antes de acatar a sugestão. Para ele, a interrupção das obras provocará prejuízo maior para o erário e para a população.

Desmobilizar uma empresa ou construtora e mobilizá-la novamente quando da retomada da obra implica mais gasto de dinheiro público, afirmou.

– O que advogo não é que o TCU abra mão de fiscalizar, mas que procure fazer a correção do que estiver errado sem que a obra seja suspensa. Os desvios têm que ser punidos, as suspeitas têm que ser investigadas, os prejuízos ao erário têm que ser ressarcidos, mas sem a paralisação das obras.



Senador defende que TCU procure corrigir irregularidades encontradas

Debatedores apontam estagnação da participação brasileira no registro de patentes no mundo e queda no número de pesquisadores que atuam em empresas, além de redução de número de concluintes nas universidades federais

Ciência e tecnologia estão em crise no Brasil, denunciam especialistas

UM QUADRO PREOCUPANTE para a ciência e a tecnologia no Brasil foi apresentado por participantes da audiência pública que comemorou ontem, no Senado, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Queda no número de pesquisadores que trabalham em empresas, estagnação da participação brasileira no registro de patentes no mundo e redução no número de concluintes de cursos nas universidades federais foram apontados como sintomas de crise na área.

Alguns dos números citados pelos debatedores, na audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), fazem parte do capítulo dedicado ao Brasil no *Relatório Unesco sobre Ciência 2010*, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e lançado no evento. A reunião foi presidida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Eficácia

Carlos Henrique de Brito Cruz, professor da Unicamp e diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), questionou a eficácia da política governamental para estimular



Na audiência da CCT, Jailson Bittencourt, Vincent Defourny, senador Flexa Ribeiro, Roosevelt Tomé e Carlos Henrique de Brito

a pesquisa nas empresas. Disse que dados oficiais mostram que o número de pesquisadores em empresas no país caiu de 49.355, em 2005, para 44.901 em 2008.

O número destoa da realidade de países como a Coreia do Sul, cujas empresas empregam 166 mil pesquisadores, ou os Estados Unidos, onde a quantidade de pesquisadores na iniciativa privada ultrapassa 1,1 milhão.

Além disso, conforme Brito

Cruz, o pesquisador brasileiro é pouco produtivo, se comparado com colegas de outros países. O número de patentes registradas por mil pesquisadores, no Brasil, é de apenas 2,25, diante de 7,2 na Espanha, 45 na Coreia do Sul e 68 nos EUA.

O número de concluintes de cursos de universidades federais, conforme o professor Brito Cruz, cresceu apenas 0,03% entre 2003 e 2008. O mais grave, segundo

ele, é que em 2008 houve menos concluintes do que em 2004.

Também participaram da audiência Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil; Roosevelt Tomé Silva Filho, secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia; e Jailson Bittencourt de Andrade, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Professor defende revolução educacional

A precária escolaridade dos brasileiros ajuda a perpetuar a desigualdade social e impõe obstáculos severos ao desenvolvimento econômico do país, disse na audiência pública na CCT Jailson Bittencourt de Andrade, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro da Academia Brasileira de Ciências.

Segundo Bittencourt, a média de escolaridade dos brasileiros

com 15 anos ou mais é de apenas 4,3 anos, bem inferior aos 8,8 anos da Argentina e aos 7,2 anos do México. O grave, disse, é que cerca da metade dos jovens brasileiros tem dificuldade de leitura ou não sabe ler.

Na avaliação do professor, a solução para o país é uma revolução educacional baseada na qualidade do ensino, que precisa alcançar toda a população e acontecer em todos os níveis

– básico, fundamental, técnico e superior.

Longevidade

O professor da UFBA frisou que o capital humano e a qualificação do trabalhador representam “claramente um insumo essencial para estimular a novidade, a produtividade e a competitividade”.

Bittencourt defendeu urgente revisão no sistema de incentivos à inovação e a gastos de pesquisa e desenvolvimento, como a implantação de políticas efetivas de fortalecimento da micro e pequena empresa.

Ele propôs também um redesenho institucional das estruturas que buscam excelência na área, com base em alguns pressupostos, como autonomia institucional, sustentabilidade financeira, inteligência e liderança, parcerias com os setores público e privado, parcerias nacionais e internacionais, agenda de pesquisa interdisciplinar e pesquisa básica e aplicada.



Jailson Bittencourt, Vincent Defourny e senador Roberto Cavalcanti

Flexa Ribeiro quer ajudar a elaborar diagnóstico nacional

O Brasil pode ter um retrato detalhado de sua área de ciência e tecnologia, com a situação de cada estado, à semelhança do documento sobre os diversos países lançado pela Unesco na CCT. Um esforço para elaborar esse relatório foi anunciado pelo presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao fim de audiência pública.

Flexa Ribeiro aproveitou um trecho de mensagem da diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, em que fala das desigualdades entre os países e, “cada vez mais, dentro deles”, para enfatizar a necessidade de se ter um quadro com a realidade de cada estado brasileiro.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) foram designados pelo presidente da CCT para articular com o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, a realização

desse estudo, para a qual devem ser convidados também representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Academia Brasileira de Ciências.

Ritmo

Depois de ouvir do secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do MCT, Roosevelt Tomé Silva Filho, um relato sobre as iniciativas do governo na área, Flexa Ribeiro disse que o Brasil caminha na direção certa, mas em ritmo lento.

– É como se a gente estivesse atravessando o oceano Atlântico de jangada – comparou.

O senador disse que, em ciência e tecnologia, enquanto outros países estão a bordo de jatos supersônicos, o Brasil ainda se move como se estivesse na era do motor a hélice. Já Roberto Cavalcanti afirmou que a situação é pior: o país está na era do balão de ar quente.

Unesco dedica um capítulo especial ao país

O *Relatório Unesco sobre Ciência 2010* foi lançado simultaneamente ontem no Brasil e na França pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Publicada a cada cinco anos, a edição apresenta um capítulo exclusivo sobre o Brasil.

O documento é um espelho do desenvolvimento mundial da ciência e, segundo a diretora-geral da Unesco, Irina Bokova, mostra como a proliferação da informação digital e das tecnologias de comunicação está modificando cada vez mais a imagem global.

O objetivo do relatório é apresentar análises sobre a evolução histórica do setor de ciências por regiões e servir como subsídio complementar para o desenho e avaliação de políticas na área.

Na publicação deste ano, o Brasil é o único país da América do Sul a ser contemplado com um capítulo exclusivo. Para a América Latina, o documento também dedica um capítulo a Cuba. Outros países que ganharam capítulos específicos foram Canadá, Turquia, Estados Unidos, Irã, Índia, China, Japão e Coreia do Sul.

CCJ aprova horário flexível para transmissão da Voz do Brasil

No ar há mais de 70 anos, sempre a partir das 19h, o programa *Voz do Brasil* pode passar a ser transmitido pelas emissoras de rádio em grade de horário flexível. Pelo substitutivo a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 109/06) que passou ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a previsão é de três regras distintas para

o início das transmissões, a depender das características das emissoras: as educativas, as vinculadas ao Poder Legislativo e, por último, o grupo das comunitárias e comerciais.

Pelo texto, as rádios educativas continuarão colocando o programa no ar no mesmo horário atual: das 19h às 20h. As emissoras vinculadas ao Poder

Legislativo (federal, estadual ou municipal) poderão optar por transmissões entre 19h e 23h, mas essa flexibilidade só valerá para os dias de sessão legislativa noturna. Já as rádios comunitárias e comerciais ficam livres para acomodar a transmissão a qualquer momento, entre 19h e 23h. O programa deverá ir ao ar sem cortes, ao longo de uma hora.

O texto aprovado é idêntico ao votado pela CCT. Agora, o projeto seguirá para a Comissão de Educação, antes da decisão em Plenário. Na CCJ, o relatório do senador Flexa Ribeiro foi pela aprovação do projeto, de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), com rejeição de outros cinco do Senado.